

LEI Nº 3.934, DE 25 DE AGOSTO DE 2023.

Dispõe sobre diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do exercício de 2024 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO aprovou e eu, PREFEITO DE TIMÓTEO, após veto parcial e sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2024, compreendendo:

- I - as metas fiscais da Administração Pública Municipal;
- II - as orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;
- III - as disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;
- IV - as disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
- V - o equilíbrio entre receitas e despesas;
- VI - as normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- VII - as condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- VIII - a autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da Federação;
- IX - os parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
- X - a definição de critérios para início de novos projetos;
- XI - a definição das despesas consideradas irrelevantes;
- XII - o incentivo à participação popular;
- XIII - a implementação de políticas públicas de programas habitacionais para pessoas de baixa renda;

XIV - as disposições gerais.

Seção I

Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º Em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município e as ações relativas à manutenção e funcionamento dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2024 são as constantes no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na LOA - Lei Orçamentária Anual de 2024 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Parágrafo único. O projeto de lei orçamentária para 2024 deverá ser elaborado em consonância com as metas e prioridades que serão estabelecidas na forma do *caput* deste artigo.

Seção II

Das Orientações Básicas para Elaboração da Lei Orçamentária Anual

Subseção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 3º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços; e,

V - fonte de recursos, detalhamento da origem e da destinação de recursos definido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, para fins de elaboração da LOA e de prestação de contas por meio do Sistema Informatizado de Contas de Minas Gerais – SICOM.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando as respectivas metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função às quais se vinculam.

§ 3º Cada projeto constará somente em uma unidade orçamentária e em um programa.

§ 4º As dotações orçamentárias - classificação da despesa, de que trata esta Lei, são compostas pela codificação institucional – órgão e unidades orçamentárias, codificação funcional-programática - funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, e codificação da natureza da despesa, de acordo com a Portaria MOG nº 42/1999, Lei Orçamentária Anual e Lei do Plano Plurianual.

Art. 4º O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

- I - texto da lei;
- II - documentos referenciados no art. 2º da Lei nº 4.320/1964;
- III - quadros orçamentários consolidados;
- IV - anexos do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- V - demonstrativos e documentos previstos no art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000;
- VI - anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no *caput*, os seguintes demonstrativos:

I - demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o art. 2º, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000;

II - demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino, para fins do atendimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III - demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, conforme art. 60 do ADCT, com alterações apresentadas pela EC nº 53/2006 e respectiva Lei Federal nº 14.113/2020;

IV - demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000;

V - demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 5º A estimativa de receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas por meio de valores do exercício corrente, projetados ao exercício a que se refere.

Parágrafo único. O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 6º As emendas ao projeto de lei orçamentária devem obedecer ao disposto no art. 95 da Lei Orgânica Municipal, e não podem ser aprovadas caso não estejam acompanhadas de planilha de custos quando se referir a obras e serviços de intervenção em infraestrutura urbana, equipamentos e prédios públicos, e ainda conter a codificação orçamentária até o código do programa em que se integrará e devem informar a dotação orçamentária a ser anulada para custear a emenda apresentada, não podendo indicar recursos provenientes de anulação das seguintes despesas:

I – dotações orçamentárias financiadas com recursos vinculados, com exceção dos remanejamentos realizados dentro da mesma, respeitada a legislação que rege esses recursos;

II – dotações orçamentárias referentes a investimentos, obras em execução e despesa com pessoal;

III – dotações orçamentárias referentes a precatórios e sentenças judiciais;

IV – dotações orçamentárias referentes a encargos financeiros do Município e ao PASEP da Administração Pública direta; e,

V – recursos da reserva de contingência.

Art. 7º O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 8º O Poder Legislativo encaminhará à Secretaria Municipal de Fazenda sua proposta orçamentária até 25 de agosto, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 9º Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Art. 10. Para atendimento às ações do Plano Decenal da Assistência Social, será garantido no Orçamento Anual do Município o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) dos recursos próprios, de livre aplicação, previstos.

Art. 11. A lei orçamentária discriminará, no órgão Procuradoria do Município, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios e sentenças judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal.

§ 1º Para fins de registro e controle, os processos referentes aos pagamentos de precatórios e sentenças judiciais serão acompanhados pela Procuradoria do Município.

§ 2º Os recursos alocados para os fins previstos no *caput* deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, exceto no caso de saldo orçamentário remanescente ocioso.

Art. 12. A Lei Orçamentária Anual discriminará os valores a serem transferidos às entidades sem fins lucrativos, assegurando recursos para o seu custeio e manutenção,

garantindo ainda, recursos para o pagamento do décimo terceiro salário, férias e obrigações patronais dos empregados das entidades conveniadas, nos termos do art. 33 desta Lei.

Subseção II

Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Art. 13. A administração da dívida pública municipal interna tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1º Deverão ser garantidos, na lei orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º O Município, por meio de seus órgãos, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

Art. 14. Na lei orçamentária para o exercício de 2024, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 15. A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001, do Senado Federal.

Art. 16. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001, do Senado Federal.

Subseção III

Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência

Art. 17. A lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a, no máximo 2%

(dois por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2024, destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e demais créditos adicionais.

Seção III

Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários

Subseção I

Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 18. Para fins de atendimento ao disposto no art. 37, inciso X e art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, concessão da recomposição de perdas salariais aos servidores, criação de cargos, empregos e funções, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Além de observar as normas do *caput*, no exercício financeiro de 2024, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos arts. 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do artigo 169 da Constituição Federal, bem como auditoria da folha de pagamento, na direção de enxugamento da máquina pública, com ampla publicidade, tendo em vista a manutenção e/ou recuperação dos direitos previstos no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Servidor Público Municipal.

Art. 19. Fica o poder executivo autorizado, na eventualidade de haver sobras, efetuar o rateio dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, nos moldes do art. 47-A, da Lei Federal nº 14.113/2020.

Parágrafo único. O valor a ser considerado para o rateio a que se refere o *caput* deste artigo, ocorrerá quando ultrapassar o limite disposto no § 3º, do art. 25, da Lei Federal nº 14.113/2022.

Subseção II

Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras

Art. 20. Se durante o exercício de 2024 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no *caput* deste artigo, no âmbito do Poder Executivo é de competência da Secretaria responsável pela respectiva execução, e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência da Presidência da Câmara.

Seção IV

Das Disposições Sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 21. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 22. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal, bem como medidas para o aperfeiçoamento dos sistemas de cadastro, fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, e ou aplicação das penalidades fiscais.

Seção V

Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 23. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante desta Lei.

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 24. Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2024 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do

aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2024 a 2025, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesas sem que estejam acompanhados das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 25. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I - para elevação das receitas:

a) aperfeiçoamento dos sistemas de cadastro, fiscalização, e arrecadação de tributos;

b) chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.

II - para redução das despesas:

a) utilização da modalidade de licitação denominada pregão e, implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra, e evitar a cartelização dos fornecedores;

b) revisão geral dos cargos de provimento em comissão e contratos por prazo determinado.

Seção VI

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 26. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no *caput* do art. 9º, e no inciso II do § 1º do artigo 31, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2024, utilizando para tal fim o bloqueio de saldos orçamentários e as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º Excluem-se da previsão do *caput* deste artigo as despesas que constituam obrigação constitucional e legal e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no *caput* deste artigo.

§ 3º Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

Seção VII

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

Art. 27. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 28. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º A lei orçamentária de 2024 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuirão para a realização de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado "Apoio Administrativo" ou de finalidade semelhante.

§ 2º Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3º O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

Seção VIII

Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas

e Privadas

Art. 29. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:

I - às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, desporto ou cultura;

II - às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;

III - às entidades que tenham sido declaradas por lei como sendo de utilidade pública.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento, emitida no exercício de 2024 por, no mínimo, uma autoridade local, e comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 30. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de auxílios e contribuições para entidades públicas e/ou privadas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, desporto, cultura, assistência social, segurança pública e de proteção ao meio ambiente;

II - associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais.

Art. 31. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de contribuições para entidades privadas, ressalvadas as instituídas por lei específica no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento econômico.

Art. 32. As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 33. As transferências de recursos às entidades previstas nesta Seção deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de termo de colaboração ou de fomento, devendo ser observado na elaboração de tais instrumentos as exigências do artigo 22 da Lei Federal nº 13.019/2014 e do §1º do artigo 116 da Lei Federal nº 8.666/1993.

§ 1º Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2º É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§ 3º Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o *caput* deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino.

Art. 34. É vedada a destinação na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para cobrir diretamente necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam às exigências do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica, ou se destinam ao apoio a artistas ou atletas a participação em eventos culturais ou esportivos.

Parágrafo único. As normas do *caput* deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde.

Seção IX

Da Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Art. 35. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único. A realização da despesa definida no *caput* deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, de acordo com o art. 116 da Lei nº 8.666/1993.

Seção X

Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso

Art. 36. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2024, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 13 e 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Para atender ao *caput* deste artigo, o Poder Legislativo encaminhará ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 15 (quinze) dias após a publicação da lei orçamentária de 2024, os seguintes demonstrativos:

I - as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000;

II - a programação financeira das despesas, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000;

III - o cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso, no órgão oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2024;

§ 3º A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata o *caput* deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Seção XI

Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos

Art. 37. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do artigo 2º desta Lei, a lei orçamentária de 2024 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I - estiverem compatíveis com o Plano Plurianual e com as normas desta Lei;

II - as dotações consignadas aos projetos já iniciados forem suficientes para o atendimento de seu cronograma físico-financeiro;

III - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2024, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2023.

Seção XII

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 38. Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos no art. 75, I e II, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Seção XIII

Do Incentivo à Participação Popular

Art. 39. O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2024, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo único. O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 40. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

I - elaboração da proposta orçamentária de 2024, mediante regular processo de consulta;

II - avaliação das metas fiscais, conforme definido no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei;

III – audiência pública de prestação de contas do quadrimestre.

Seção XIV

Da Implementação de Políticas Públicas de Programas Habitacionais para Pessoas de Baixa Renda

Art. 41. Interagir com todas as instâncias de governo para o estabelecimento de políticas públicas de habitação para pessoas de baixa renda, através de instrumentos legais que definem um determinado aspecto social, cultural, econômico ou de ordenação territorial.

Art. 42. Às Secretarias Municipais competentes cabe o detalhamento, aprofundamento e aplicação das políticas públicas a partir de instrumentos criados especialmente para isso, editando leis, decretos e normas, programas de trabalho, monitoramento e fiscalização, visando enfrentar o déficit habitacional da população de baixa renda, oferecendo moradias adequadas e dignas aos munícipes necessitados.

Seção XV

Das Disposições Gerais

Art. 43. A transferência de recursos financeiros de um órgão para outro, inclusive da Prefeitura Municipal para a Câmara Municipal, fica limitada ao valor previsto na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. O aumento da transferência de recursos financeiros de um órgão para outro somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o art. 167, inciso VI da Constituição Federal.

Art. 44. O Poder Executivo poderá, mediante decreto transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2024 e em seus créditos adicionais, em decorrência de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos, unidades e subunidades orçamentárias; mantida a codificação funcional-programática e natureza da despesa, conforme definido no § 4º do art. 3º desta Lei.

§ 1º As dotações orçamentárias, aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas através de decreto, no nível da codificação da natureza de despesa e ou codificação da fonte do recurso, para atender às necessidades de execução, no Legislativo e no Executivo, desde que verificada a

inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito.

Art. 45. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964.

§ 1º A lei orçamentária conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º Os créditos adicionais suplementares decorrentes da aplicação do superávit financeiro do exercício anterior e do excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, ficam limitados ao saldo apurado, e os créditos suplementares e anulações de dotações orçamentárias cujas fontes de recursos sejam vinculadas ao FUNDEB, ao Fundo Nacional de Saúde e Fundo Estadual de Saúde, ficam limitados aos saldos orçamentários disponíveis nas referidas fontes de recursos.

§ 3º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem.

Art. 46. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 47. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, serão efetivadas mediante decreto do Prefeito, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 48. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 49. Se o projeto de Lei Orçamentária de 2024 não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2024, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

- I – pessoal e encargos sociais;
- II – benefícios previdenciários;
- III – amortização, juros e encargos da dívida;
- IV – PIS/PASEP;

V - demais despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais do Município, e outras despesas correntes de caráter inadiável.

Parágrafo único. As despesas descritas no inciso V deste artigo estão limitadas a 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no projeto de lei orçamentária de 2024, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

Art. 50. Em atendimento ao disposto no art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

- I - Anexo de Metas Fiscais;
- II - Anexo de Riscos Fiscais;
- III - Anexo de Metas e Prioridades.

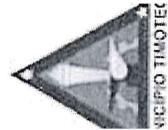
Art. 51. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024.

Timóteo, 25 de agosto de 2023; 59º Ano de
Emancipação Político-Administrativa.



Douglas Willkys
Prefeito de Timóteo

ANEXOS LDO 2024



PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO

LDO - Metas Fiscais

Anexo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais no Exercício Anterior

AMF - LRF, Art. 4º, Parágrafo 2º, Inciso I

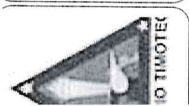
Exercício: 2024

R\$ 1,00

Referência: 2024

Descrição	Meta Corrente 2022	% P.I.B.	% RCL	Meta Realizada 2022	% P.I.B.	% RCL	Variação	
							Valor	%
Despesa Total	307.370.948	2,6723	113,8871	344.883.299	2,9985	113,8871	37.512.350	12,2043
Despesa Primária (I)	298.790.948	2,5977	110,7080	344.883.299	2,9985	110,7080	46.092.350	15,4263
Despesa Total	307.370.949	2,6723	113,8871	336.328.358	2,9241	113,8871	28.957.409	9,4210
Despesa Primária (II)	300.399.949	2,6117	111,3042	330.168.948	2,8705	111,3042	29.768.999	9,9098
Saldo Primário (I-II)	-1.609.000	-0,0140	-0,5962	14.714.350	0,1279	-0,5962	16.323.351	-1,014,5026
Saldo Nominal	-67.197.882	-0,5842	-24,8982	-67.197.882	-0,5842	-24,8982	0	0,0000
Despesa Pública Consolidada	100.946.149	0,8776	37,4026	100.946.149	0,8776	37,4026	0	0,0000
Despesa Consolidada Líquida	51.253.133	0,4456	18,9903	51.253.133	0,4456	18,9903	0	0,0000
Índices Inflacionários Acumulados	2021	2022	2023	2024	2025	2026		
% P.I.B.	1,1006	1,0578	1,0530	1,0350	1,0300	1,0300		
	8.700.000.000	9.900.000.000	10.470.300.000	11.502.000.000	12.322.000.000	13.083.000.000		

Assinatura: Secretária Municipal de Fazenda



Descrição	2020	%	2021	%	2022	%
Patrimônio / Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
do Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio Líquido	42.156.615,79	100,00	72.559.483,32	100,00	243.218.919,42	100,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciário						
Patrimônio / Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
do Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Memória de Cálculo das Metas Anuais - LDO

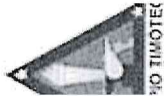
Receita Prevista e Despesa Fixada

R\$ 1,00

Descrição	Anterior 2021	Anterior 2022	%	Anterior 2023	%	Referência 2024	%	Projeção 2025	%	Projeção 2026	%
Correntes	231.431.098	298.001.674	22,34	381.470.850	21,88	426.548.927	10,57	437.361.664	2,47	447.232.388	2,21
a Tributária	43.587.000	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
dos	38.219.000	49.100.805	22,16	75.213.660	34,72	81.753.000	8,00	84.205.590	2,91	86.731.756	2,91
osto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - al	0	18.300.000	100,00	25.473.960	28,16	18.100.000	-40,74	18.643.000	2,91	19.202.290	2,91
ostos sobre Transmissão 'Inter Vivos' de Bens Imóveis e itos Reais sobre Imóveis - Pr	0	2.940.000	100,00	3.625.000	18,90	4.080.000	11,15	4.202.400	2,91	4.328.472	2,91
osto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - al	6.600.000	7.550.000	12,58	10.960.000	31,11	12.840.000	14,64	13.225.200	2,91	13.621.956	2,91
osto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - al	0	18.190.000	100,00	33.900.000	46,34	44.430.000	23,70	45.762.900	2,91	47.135.787	2,91
osto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - al	14.000.000	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
osto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e itos Reais sobre Imóveis - Princ	1.900.000	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
osto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	14.000.000	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
as de Contribuições	5.368.000	6.513.100	17,58	8.008.800	18,68	8.399.920	4,66	8.651.914	2,91	8.911.474	2,91
a Patrimonial	6.400.000	6.800.000	5,88	9.100.000	25,27	8.200.000	-10,98	8.446.000	2,91	8.699.380	2,91
a Agropecuária	932.948	1.175.700	20,65	5.742.350	79,53	5.719.963	-0,39	5.752.363	0,56	5.785.735	0,58
a Industrial	0	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
a de Serviços	0	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
ências Correntes	179.714.698	233.711.570	23,10	281.740.040	17,05	269.154.044	-4,68	276.892.817	2,79	283.597.954	2,36
-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	0	55.363.347	100,00	78.900.000	29,83	85.860.000	8,11	89.733.600	4,32	92.425.608	2,91
-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota - Principal	34.500.000	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
-Parte do ICMS - Principal	0	76.250.000	100,00	78.600.000	2,99	85.900.000	8,50	88.477.000	2,91	91.131.310	2,91
-Parte do IPVA - Principal	0	12.009.800	100,00	13.600.000	11,69	18.990.000	28,38	19.559.700	2,91	20.146.491	2,91
-Parte do IPI - Municípios - Principal	0	883.979	100,00	990.000	10,71	860.000	-15,12	885.800	2,91	912.374	2,91
-Parte do ICMS - Principal	55.678.991	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
-Parte do IPVA - Principal	8.850.000	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
-Parte do IPI - Municípios - Principal	600.000	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
iferências de Recursos do Fundo de Manutenção e olvimento da Educação Básica e de Val	0	32.900.000	100,00	41.600.000	20,91	46.800.000	11,11	46.800.000	0,00	46.800.000	0,00
iferências de Recursos do Fundo de Manutenção e olvimento da Educação Básica e de Val	30.444.562	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
ências de Convênios	0	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Receitas Correntes	796.452	694.299	-14,71	1.066.000	34,87	6.522.000	83,66	6.612.980	1,38	6.706.089	1,39
de Capital	29.810.000	37.480.000	20,46	35.550.000	-5,43	42.300.000	15,96	26.400.000	-60,23	25.800.000	-2,33
ões de Crédito	0	6.000.000	100,00	6.500.000	7,69	5.000.000	-30,00	0	0,00	0	0,00



Descrição	Anterior		Anterior		Anterior		Referência		Projeção		Projeção	
	2021	2022	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
RECEITAS CORRENTES	203.773.950	256.547.949	256.547.949	20,57	324.864.849	21,03	372.081.307	12,69	381.892.095	2,57	390.457.812	2,19
Impostos e Encargos Sociais	123.051.034	145.718.000	145.718.000	15,56	183.575.289	20,62	206.957.000	11,30	217.295.500	4,76	228.160.625	4,76
Encargos da Dívida	51.000	51.000	51.000	0,00	81.000	37,04	81.000	0,00	81.000	0,00	81.000	0,00
Despesas Correntes	80.671.915	110.778.949	110.778.949	27,18	141.208.560	21,55	165.043.307	14,44	164.515.595	-0,32	162.216.187	-1,42
RECEITAS DE CAPITAL	35.439.150	48.122.000	48.122.000	26,36	52.055.201	7,56	52.235.000	0,34	35.935.000	-45,36	35.335.000	-1,70
Contribuições	31.989.150	41.202.000	41.202.000	22,36	45.495.201	9,44	45.800.000	0,67	29.500.000	-55,25	28.900.000	-2,08
Despesas Financeiras	0	0	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Reserva da Dívida	3.450.000	6.920.000	6.920.000	50,14	6.560.000	-5,49	6.435.000	-1,94	6.435.000	0,00	6.435.000	0,00
RECEITAS DE CONTINGÊNCIA	2.101.000	2.701.000	2.701.000	22,21	7.001.000	61,42	7.801.000	10,26	8.101.000	3,70	8.271.000	2,06
Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS	2.101.000	2.701.000	2.701.000	22,21	7.001.000	61,42	7.801.000	10,26	8.101.000	3,70	8.271.000	2,06
TOTAL	241.314.100	307.370.949	307.370.949	21,49	383.921.050	19,94	432.117.307	11,15	425.928.095	-1,45	434.063.812	1,87



PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO

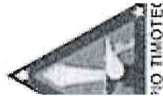
LDO - Metas Fiscais

Metodologia de Cálculo das Metas Anuais de Despesa

LRF, Art. 4º, Par. 2º, Inciso II / Portaria STN 248/2003

Exercício 2024

Especificação	Descrição
00.00 Pessoal e Encargos Sociais	Projeção com base na FP do mês de maio, acrescido do IPCA previsto para 2023
00.00 Juros e Encargos da Dívida	
00.00 Outras Despesas Correntes	
00.00 Investimentos	Com base nas despesas com manutenção dos serviços públicos
00.00 Inversões Financeiras	Considerado todos os recursos previsto em transferências de capital e investimentos com recursos corrente
00.00 Amortização da Dívida	Pagto. realizado das dívidas contratada e previdenciária
00.00 Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS	2% da Receita Corrente Líquida prevista



PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO

LDO - Metas Fiscais

Memória de Cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal

LRF, Art. 4º, Par. 2º, Inciso III

Exercício 2024

R\$ 1,00

ficação	2021	2022	2023	2024	2025	2026
CONSOLIDADA (I)	156.278.988,14	100.946.149,39	101.000.000,00	105.000.000,00	108.000.000,00	110.000.000,00
DES (II)	37.827.971,62	49.693.015,55	29.200.000,00	29.500.000,00	27.000.000,00	24.300.000,00
DISPONÍVEL (INCLUSIVE APLIC. FINANCEIRA)	48.444.554,49	65.832.741,24	40.000.000,00	42.000.000,00	40.000.000,00	38.000.000,00
DES FINANCEIROS (ATIVO REALIZÁVEL)	499.103,53	166.056,26	200.000,00	500.000,00	500.000,00	300.000,00
TÓS A PAGAR PROCESSADOS	11.115.686,40	16.305.781,95	11.000.000,00	13.000.000,00	13.500.000,00	14.000.000,00
CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	118.451.016,52	51.253.133,84	71.800.000,00	75.500.000,00	81.000.000,00	85.700.000,00
AS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	118.451.016,52	51.253.133,84	71.800.000,00	75.500.000,00	81.000.000,00	85.700.000,00
ADO NOMINAL	-15.142.696,62	-67.197.882,68	20.546.866,16	3.700.000,00	5.500.000,00	4.700.000,00



MUNICÍPIO DE TIMÓTEO - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO 2024

ANEXO DE
METAS E PRIORIDADES PARA 2024

AÇÕES

METAS (%)

Construção de Galpão no SENAI	100
Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos	70
Revisão e Elaboração dos Planos Municipais	50
Modernização do Cadastro Imobiliário	100
Ampliação do Programa de Regularização Fundiária	50
Construção do CAPS – Centro de Atenção Psicossocial	80
Modernização das Estruturas do Ensino Municipal	50
Ampliação do Atendimento das Creches	40
Recuperação do Forno Hoffman	80
Construção do Centro de Treinamento e Base Operacional do Corpo de Bombeiros	100
Modernização do Hospital Vital Brazil	60
Reestruturação e Ampliação do Cemitério Municipal	100
Modernização da Iluminação nos Espaços Públicos	50
Estruturação do Distrito Industrial II	50
Ampliação do Programa de Cirurgias Eletivas	100
Ampliação do Programa Municipal de Kit Escolar e Materiais Pedagógicos	70
Implantação do Programa de Fortalecimento Alimentar (PAA – Programa de Aquisição de Alimentos)	100
Fortalecimento das Ações de Saúde do Educando	70
Implantação do Novo Plano de Carreira dos Servidores	50
Ampliação do Programa de Monitoramento Eletrônico das vias públicas e prédios públicos	50
Ampliação do Programa de Sinalização, Modernização do Trânsito e Acessibilidade	50
Pagamento referente à valores de complementação de aposentadoria provenientes de acordo entre servidores e a administração pública	10